



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ	13. MAR. 1980	DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

GOVERNO NÃO ASSINARÁ ACORDO COM FMI

REVELA BASÍLIO HORTA

«Está afastada qualquer hipótese de contrato entre o Governo português e o Fundo Monetário Internacional, nomeadamente a assinatura de uma nova Carta de Intenções, na medida em que este Executivo tem por objectivo, e detém mesmo capacidades, de fazer uma política económica nacional sem recorrer a auxílios externos» — afirmou Basílio Horta, ministro do Comércio e Turismo durante a conferência de imprensa ontem realizada em Lisboa.

«O Governo — continuou — não tem intenções de recorrer ao auxílio de instituições internacionais pois a situação económica nacional já não o obriga a assim proceder».

Tal afirmação vem na sequência de Basílio Horta ter considerado no acto de abertura da reunião do Conselho Nacional do Comércio Externo — conselho este que congrega 31 associações industriais e empresas — efectuando antes da citada conferência, que «durante o corrente ano teremos ainda de sofrer o impacto da crise económica internacional».

Por este motivo, o ministro adiantou que «1980, em termos de comércio externo, se pode qualificar como o ano do desafio».

Com efeito, Basílio Horta explicou na sua alocução de abertura que os preços das importações durante 1980 subirão cerca de 30 por cento enquanto, pelo contrário, os preços médios de exportação terão um crescimento apenas de 19 por cento. Tal é salientado — conforme o ministro — «numa perspectiva optimista pois quanto às compras do petróleo necessário para 1980 e ainda não efectuadas, se to-



Basílio Horta no momento em que abria com a sua intervenção a reunião do Conselho Económico do Comércio Externo

maram em conta efeitos positivos das diligências que em várias frentes se estão a efectuar no sentido de se obterem condições de preço mais favoráveis que as normalmente previsíveis».

EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES: OBJECTIVO PRIORITÁRIO

Como forma de obviar este desequilíbrio entre os termos de troca, o Ministério do Comércio e Turismo, procurará atingir no corrente ano uma expansão das exportações na ordem dos 10 por cento em volume. Para tanto Basílio Horta revelou que o Governo está decidido a adoptar uma posição de grande combatividade na defesa dos interesses dos nossos exportadores no estrangeiro, tentando desenvolver uma acção que se distribuirá por vários sectores.

«Estamos aqui para defender os portugueses e não em defesa dos nossos concorrentes» — acrescentou.

De entre os sectores destacados por Basílio Horta contam-se uma colaboração mais estreita entre ministérios designadamente entre o do Comércio e Turismo e o dos Negócios Estrangeiros, no sentido de limitar sensivelmente as restrições e outras dificuldades que afectam os nossos produtos exportados para algumas zonas; um maior dinamismo e lucidez dos empréstimos nacionais» que não deixarão certamente de se lançar a conquista de posições mais fortes nos mercados externos»; iniciativa governamental relativa às restrições impostas aos nossos têxteis e vestuário na Comunidade Económica Europeia; procurar retirar-se sistematicamente o máximo de vantagens, no âmbito da CEE e da EFTA, da reintrodução de di-

reitos e do congelamento do desarmamento pautal; prosseguir esforços a fim de retirar benefícios sensíveis no mercado espanhol; procurar esquemas favoráveis à redução dos desequilíbrios das trocas existentes, em particular com os países fornecedores de petróleo, matérias-primas e outros produtos de base; reestruturação do Fundo de Fomento de Exportação através da racionalização e reformulação da respectiva rede de delegações no estrangeiro; incentivação do processo de substituição dos bens importados por produtos nacionais.

SIMPLIFICAR CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO

Um outro aspecto salientado por Basílio Horta, ainda a res-

peito dos incentivos à exportação, é o objectivo de se fomentar os contratos de desenvolvimento de exportações (CDE), alguns já realizados. Este tipo de Contrato é firmado entre o Fundo de Fomento de Exportação e unidades industriais, comprometendo-se aquela a auxiliar a empresa em vários campos e esta a garantir determinadas metas de exportação.

«Queremos que este tipo de contrato se torne numa autêntica cartilha de exportação pelo que tentaremos ainda neste Governo simplificá-lo, através de legislação a publicar» — sublinhou Basílio Horta.

No tocante aos números de comércio, relativos a 1979, o ministro revelou que a balança de transacções correntes atingiu um saldo positivo na ordem dos 100 milhões de dólares, quando no ano anterior sofreu um défice de 800 milhões. Esta situação deve-se ao acréscimo das remessas dos emigrantes e às receitas do turismo que subiram espectacularmente. «Este é o primeiro saldo positivo desde 1973» — disse.

A balança comercial aumentou o seu défice em cerca de 4 por cento (em dólares) pois os preços das importações subiram 33 por cento, enquanto os das exportações aumentaram apenas 29,5 por cento. Significa isto uma quebra acentuada nas razões de troca.

REVALORIZAÇÃO PARA PRESERVAR PODER DE COMPRA

Basílio Horta defendeu a revalorização do escudo, recente-

mente determinada pelo Governo, em 6 por cento, salientando que «só baixando a inflação será possível aumentar os salários reais bem como preservar o poder de compra de certas camadas da população que sofreu mais duramente os efeitos negativos dos processos inflacionários».

«O Ministério ouviu e analisou algumas posições desfavoráveis a esta medida, vindas de diversos sectores exportadores, mas, na verdade, tratou-se de corrigir a taxa de câmbio do escudo que estava subvalorizado, em resultado da excessiva desvalorização ocorrida no passado» — acrescentou.

Basílio Horta revelou ainda que o Governo tinha analisado criteriosamente os estudos disponíveis sobre a situação competitiva de Portugal em relação a um conjunto de outros países antes de tomar aquela medida.

BATATA É PROBLEMA

O ministro focou, entretanto, o problema da batata que, como se sabe, escasseia no mercado. A este respeito Basílio Horta afirmou que o consumidor tem de se habituar a este tipo de luta entre o Governo e os agentes que retêm o produto. Revelou ainda que a fiscalização estava já a actuar, embora fosse difícil descortinar onde, de facto, o produto se encontrava retido.

Quanto à rede nacional de frio o ministro afirmou estar a efectuar-se no presente momento um inventário das disponibilidades de armazenamento e que a CEE irá auxiliar o nosso País na instalação de uma rede para produtos hortícolas.